



Vasco Rosa

Para uma política cultural nos Açores (II)

Editoras, livrarias, bibliotecas públicas

Como nenhuma outra parcela do país, os Açores têm um notável elenco de casas editoriais e de institutos com vocação e histórico editorial, em larga medida dedicados a temas regionais, mas falta-lhe uma rede de livrarias e de bibliotecas que absorva e sustente esse ímpeto cultural, também ele em boa parte dependente de subsídios do governo e dos municípios. Este tremendo paradoxo precisa de ser encarado de frente, com imaginação e vigor políticos, e duma vez por todas, para que a falência das empresas, a lassidão das instituições e o cansaço das pessoas não quebrem esse traço distintivo do arquipélago.

A função do Estado deve ser a visão supletiva e a acção estruturante, não pode ser a de subordinar e humilhar dependentes regulares e mais ou menos afectos à cor partidária ou à política do gosto dos poderes de momento, favorecendo ou decependo os seus desígnios artísticos. Criado sobre falsos alicerces, o actual sistema de apoios públicos nada resolve e nada aponta de estratégico, e precisa de ser mudado muito para além das medidas há pouco anunciadas para corrigir o óbvio ululante do *modus operandi* obsoleto e incapacitante que persistia.

O presente artigo é uma aproximação ao assunto e visa suscitar um debate através de propostas concretas de implementação fácil e efeitos imediatos, baseada em contas feitas e sem margem para retóricas típicas de utopistas delirantes. Visa, além disso, que os apoios concedidos pelo Governo Regional criem um fundo livreiro à disposição das populações e dos visitantes de todas as ilhas açorianas, ao mesmo tempo que capitalizam as empresas e instituições que ao longo dos anos acumularam em depósito livros que não conseguiram escoar e vender regionalmente por insuficiência da rede de bibliotecas públicas e de livrarias comerciais. Pretende também que, a cada novo ano, *uma representação do melhor* do que for publicado nos Açores *chegue de imediato a todos e a todos os lugares*, a partir duma *escolha independente*, feita por bibliotecários (inicialmente, por facilidade, de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta e, mais tarde, de outras ilhas). Por último, importa fazer notar que este projecto, participado por três direcções regionais — Turismo, Educação e Cultura, Assuntos Sociais —, tem *um orçamento anual de apenas 95 000 €*.¹

A primeira medida responde ao belo lema dos Açores doravante reconhecidos pela sua cultura, como pela sua natureza. Para evidenciar a quem os visite, por curiosidade, lazer ou turismo de natureza, a invulgar produção literária e editorial das Ilhas, a Direcção Regional de Turismo adquire e oferece 50 livros a 100 alojamentos locais credenciados. Serão c. 52 500 € e é algo que a (nova) taxa turística ajudará a fazer com facilidade. Cada exemplar terá um selo-autocolante indicando tratar-se duma oferta da DRT. Editores farão a expedição a custos próprias. A cada ano, toda a campanha decorre de Janeiro a Abril, de modo a coincidir com o início da época turística e a fornecer *bibliografia tão actualizada quanto possível*. Os AL seriam escolhidos, anualmente, em sistema rotativo, progressivamente abrangente.

Uma segunda campanha é dirigida às escolas primárias e secundárias, com 100 livros oferecidos a 30 estabelecimentos em todas as ilhas, uma verba anual perto dos 31 000 €. Será também o incentivo a uma maior produção regional de literatura infanto-juvenil, por ora ainda claramen-

te incipiente, digamos assim.

Uma terceira campanha anual visa hospitais, lares de idosos e presídios, com 50 livros gratuitamente fornecidos a 20 estabelecimentos. O gasto anual será de c. 10 500 €.

A persistente «sacralização» do livro e das bibliotecas, e a crença do livro como algo dispendioso e pouco acessível, têm no empréstimo domiciliário um poderoso antídoto, que precisa de ser muito melhor propagandeado e defendido junto duma população com fracos recursos e sem hábitos de leitura. Foi publicado há pouco, pelas Letras Lavadas, um livro sobre as bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian, uma iniciativa exemplarmente eficaz — e de tão gratas memórias para quem delas aproveitou em tempos idos — de suprir a ausência de estruturas físicas longe dos grandes centros urbanos. É algo que está a voltar, e que a Biblioteca de Angra do Heroísmo, por exemplo, já implementou. E é assunto que muito merece ser debatido pelas autarquias de cada ilha para a criação de estruturas partilhadas, em cooperação efectiva pelo bem comum que vença eventuais e insensatas rivalidades locais e arestas político-partidárias. Além disto, o GR negociaria com a administração dos CTT para que nas lojas — onde elas subsistam ou se adaptem — metade dos livros à venda sejam de autores ou temas açorianos, com novidades editoriais, reposição de *stocks* a cada trimestre e contratos directamente firmados com os editores do arquipélago. Quiosques em agências de aluguer de automóveis e hotéis não seriam também uma possibilidade?

O comércio digital tem uma extraordinária capacidade de inclusão territorial, que pode beneficiar especialmente os residentes das ilhas menores. Concursos para apoio financeiro à modernização dos *websites* do sector — e os dos institutos culturais bem precisam... — merecem ser ponderados com prioridade. (O Instituto Açoriano de Cultura tem o seu «em renovação», inoperacional há mais de 100 dias.) Por outro lado, conviria muito que bibliotecas e arquivos sob tutela da DRAC, tal como os museus municipais, dispusessem de meios tecnológicos e técnicos para transmissão instantânea de quaisquer eventos culturais aí realizados, uma crescente prática contemporânea em favor da inclusão territorial do arquipélago e da integração e aproximação da diáspora.

Empresas açorianas de artes gráficas não têm capacidade concorrencial, pelo que grande parte dos editores locais imprimem fora dos Açores, enquanto as livrarias açorianas recebem livros de muitos outros editores. O Governo Regional faria bem em financiar a redução dos custos do transporte marítimo e aéreo, externo e interno, dessas mercadorias culturais, aligeirando os encargos de uns e de outros, da mesma maneira que os municípios facilitariam a vida aos livreiros isentando-os de taxas municipais — o que seria talvez, quem sabe?!, um incentivo à abertura de novos negócios.

No próximo artigo tratarei de espólios literários e artísticos, sua salvaguarda, conservação, estudo e divulgação.

¹No cálculo dos valores, foi considerado 17,5 € como preço médio de cada livro, adquirido com o desconto de 40 % habitualmente concedido a livrarias. Ou seja, 10,5 €.

Câmara de Ponta Delgada arranca com obras de pavimentação em quatro ruas de Santa Bárbara

Estão já em curso as obras de requalificação da rua da Chã, da rua da Carreira de Cima, da rua Couto e do troço nascente da rua da Igreja, na freguesia de Santa Bárbara, tal como anunciado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, em Junho.

As obras foram adjudicadas por um total de 378 493,42 euros e vão decorrer até final de Março, respeitando o prazo de execução de 120 dias definido pela autarquia, com o propósito de executar

a repavimentação destas quatro ruas.

“É mais um compromisso que este executivo assumiu e que está a honrar, tal como é sua responsabilidade. Mas o que mais deve ser relevado no arranque destas obras, é a dignidade e justiça que estamos a conferir à freguesia de Santa Bárbara e à sua comunidade”, começa por frisar o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Pedro Nascimento Cabral.

“Estamos aqui para servir Ponta

Delgada, uma cidade que não se resume à sua malha urbana. Para responder ao anseios e necessidades de todos os cidadãos do concelho, há que chegar às nossas 24 freguesias”, acrescenta o autarca, partilhando a convicção de que “as obras em curso em Santa Bárbara, como noutras freguesias da cintura rural de Ponta Delgada, são um bom reflexo da política de coesão económica, social e territorial no município”.

A deslocação de Pedro Nascimento

to Cabral à freguesia de Santa Bárbara ocorreu em Junho, no âmbito do programa de visitas oficiais às 24 freguesias de Ponta Delgada, que têm como principal objectivo reforçar a proximidade entre eleitos e eleitores.

“Dentro de um quadro de colaboração e assunção de responsabilidades, queremos dar respostas eficazes e sólidas, promovendo o desenvolvimento harmónico de Ponta Delgada”, concluiu Pedro Nascimento Cabral.